

“Uma instituição a serviço do Brasil”: o projeto intelectual do Instituto Nacional de Ciência Política e sua propaganda para o Estado Novo (1940-1945)

“An institution at the servise of Brazil”: the intellectual project of the National Institute of Political Science and its propaganda for the Estado Novo (1940-1945)

Veronica Vieira Martinelli¹



Resumo: O presente artigo propõe analisar o projeto intelectual do Instituto Nacional de Ciência Política (INCP), agremiação civil sediada na cidade do Rio de Janeiro, que desempenhou um importante papel no campo intelectual brasileiro da primeira metade da década de 1940. O objetivo inicial do Instituto era estudar os problemas políticos nacionais e o pensamento dos estadistas de maior influência do Brasil. Entretanto, nas próximas páginas pretendemos demonstrar que a atuação efetiva dessa instituição se deu no sentido de contribuir para a propaganda do Estado Novo de Getúlio Vargas. No projeto intelectual do INCP estavam previstas ideias e ações coordenadas pelos seus intelectuais, que visavam a difusão da doutrina do novo regime na sociedade brasileira. **Palavras-chave:** Estado Novo, intelectuais; propaganda; projeto intelectual; Instituto Nacional de Ciência Política.

Abstract: This article aims to analyze the intellectual project of the Instituto Nacional de Ciência Política (INCP), a civil association based in the city of Rio de Janeiro, which played an important role in the Brazilian intellectual field in the first half of the 1940s. was to study national political problems and the thinking of the most influential statesmen in Brazil. However, in the following pages we intend to demonstrate that the effective performance of this institution was in the sense of contributing to the propaganda of the Estado Novo of Getúlio Vargas. The INCP's intellectual project included ideas and actions coordinated by its intellectuals, which aimed at disseminating the doctrine of the new regime in Brazilian society. **Keywords:** Estado Novo; intellectuals; propaganda; intellectual project; Instituto Nacional de Ciência Política.



Introdução²

O Instituto Nacional de Ciência Política (INCP) desponta como um objeto de pesquisa relevante nos estudos históricos que se concentram na análise da relação estabelecida entre os intelectuais brasileiros e o Estado Novo de Getúlio Vargas.³ Através da ampliação da máquina governamental, o novo regime buscou organizar uma estrutura administrativa moderna e eficiente no sentido de executar o seu projeto político-ideológico nos âmbitos cultural e educacional do país. A historiografia tem demonstrado que entre os anos de 1937 e 1945, elementos das mais diversas correntes de pensamento se vincularam a órgãos como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o Ministério da Educação e Saúde (MES), além de participarem de instituições culturais e de publicarem em periódicos oficiais do governo (VELLOSO, 1987; PÉCAUT, 1990; GOMES, 1996; MICELI, 2001; OLIVEIRA, 2018).

A aproximação da elite intelectual com o regime estado-novista é um elemento fundamental para compreendermos as transformações que ocorreram nesse período. De acordo com a historiadora Mônica Pimenta Velloso (1987), o Estado era identificado como o “cerne da nacionalidade brasileira” nesse contexto. Logo, a associação entre as elites letrada e política tinha por objetivo a reorganização da sociedade, visto que os intelectuais exerceriam a “função social” de “representante(s) da consciência nacional”.

Um novo tipo de relação com a elite intelectual é inaugurado pelo Estado Novo. A transformação do papel dessa elite é acompanhada por uma mudança de posição dentro da sociedade, que a tornava porta-voz do projeto político, ideológico e cultural de construção da nacionalidade orquestrado pelo regime. Os intelectuais vão atuar no sentido de definir a identidade nacional, refletir sobre a cultura do país e legitimar os valores cívicos e patrióticos. Também atuam fortemente na montagem e execução da propaganda do governo. (MARTINELLI, 2021, p. 19).

No Brasil do Estado Novo, a participação ativa da intelectualidade brasileira em diferentes setores do Estado expõe a importância do seu papel no projeto político do regime. Para a historiadora Angela de Castro Gomes (1996, p. 125), a atuação dessa elite intelectual em órgãos como o Ministério da Educação e Saúde e o Departamento de Imprensa e Propaganda materializou um “grande

Veronica Vieira Martinelli
“Uma instituição a serviço do Brasil”: o projeto
intelectual do Instituto Nacional de Ciência Política
e sua propaganda para o Estado Novo (1940-1945)



conjunto de realizações na área da política cultural” durante o período. Logo, um relevante esforço por parte do Estado foi empregado no sentido de promover uma cultura nacional que estivesse de acordo com a sua ideologia. Na interpretação de Velloso (1982, p. 72), “a cultura passa a ser concebida em termos de organização política, ou seja, o Estado cria aparatos culturais próprios, destinados a produzir e a difundir sua concepção de mundo para o conjunto da sociedade.” Além disso, sob o mecenato do Estado e atuando em órgãos como o MES e o DIP, os intelectuais puderam exercer seu papel como intérpretes da cultura nacional. Com o respaldo oficial, esses agentes atuaram na organização de políticas educacionais e culturais, e na produção da propaganda política para o regime. Como observa a pesquisadora Elide Rugai Bastos (2003), com a reaproximação entre a política e a cultura durante o Estado Novo, os intelectuais se tornaram responsáveis pela execução do projeto político, cultural e educacional do regime.

Nessa perspectiva, Denis Rolland (2003, 87-88) nos lembra que mesmo que o Estado Novo de Vargas exercesse uma “forte dominação sobre o espaço público”, o regime concedia à sua intelectualidade liberdade de criação e independência em áreas de atuação fora da burocracia estatal. Isso significa que, no final da década de 1930, os intelectuais gozavam de certa autonomia para se organizarem em espaços de sociabilidade como as instituições culturais. A noção de “redes de sociabilidade intelectual” do historiador francês Jean-François Sirinelli (2003, p. 248), nos permite definir conceitualmente os ambientes formados e ocupados por esses agentes. Esses espaços são constituídos por grupos de intelectuais que juntos formam uma “sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidade mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e com gosto de conviver” (SIRINELLI, 2003, p. 248).

A partir de Sirinelli (2003), compreendemos que as instituições de cultura representam espaços de articulação da elite intelectual e podem ser entendidas como estruturas elementares de sociabilidade. Além disso, para compreendermos o universo particular em que esses agentes estavam inseridos, devemos considerar a noção de “campo intelectual” do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Para este autor, o conceito pode ser definido como um “sistema de linhas de força”, no qual os “agentes ou sistemas de agentes que o compõem podem ser descritos como forças que se dispoem, opondo e compondo, lhe conferem sua estrutura específica num dado momento do tempo.” (BOURDIEU, 1968, p. 105). No interior desse campo, os agentes portadores de um capital social acumulado se ligam pelos mesmos interesses específicos e definem os limites



do campo. Nesse sentido, a abordagem bourdieusiana para interpretarmos o conceito de “intelectual” define esse ator como o “produtor cultural que detêm um poder específico”, ou seja, como o agente produtor de bens simbólicos no interior do campo intelectual (BOURDIEU, 2004, p. 176).

Organizados em torno de espaços de sociabilidade e inseridos no campo intelectual brasileiro das décadas de 1930 e 1940, os intelectuais gozavam de uma independência relativa que possibilitava o desenvolvimento de projetos intelectuais particulares voltados para os setores cultural, literário e artístico. Em nossa interpretação,

[...] é possível encontrar os intelectuais organizando-se em instituições culturais civis, isto é, em espaços autônomos à ingerência estatal direta como as academias de letras, as associações e os institutos. Uma interpretação válida para compreender os objetivos inerentes a efervescência desses lugares de sociabilidade, está na autopercepção que os agentes tiveram sobre o seu papel mais ativo nos âmbitos social e político do país. Essa autoimagem se desdobraria na necessidade de estabelecerem novas redes de sociabilidade que estivessem de acordo com as suas atribuições, formando então diferentes modalidades de agremiação baseadas em estruturas institucionais que visavam reafirmar e fortalecer a sua identidade nos campos intelectual e político. (MARTINELLI, 2021, p. 38-39).

Como temos demonstrado, o Instituto Nacional de Ciência Política funcionou como um espaço de sociabilidade na primeira metade da década de 1940, e seus intelectuais contribuíram para o estudo e a difusão do pensamento político do regime (MARTINELLI, 2020, 2021). A atuação desses agentes se dava fora dos quadros oficiais do governo, e era pautada por um projeto intelectual satélite ao projeto do Estado Novo. Queremos dizer com isso que, mesmo considerando a autonomia relativa de que gozava a intelectualidade brasileira nesse contexto, a organização de uma agremiação civil como o INCP apenas seria possível se os seus objetivos não entrassem em choque com o programa cultural e ideológico do próprio governo. Logo, devemos ter em mente que o projeto intelectual do INCP estava profundamente atrelado às diretrizes do regime de Vargas.



Uma instituição a serviço do Brasil

O Instituto Nacional de Ciência Política foi fundado em 25 de março de 1940, na cidade do Rio de Janeiro, por um grupo de intelectuais brasileiros que apoiavam as diretrizes do projeto político-ideológico do Estado Novo.⁴ Nesse contexto, a organização da nova agremiação civil se deu através de um projeto coletivo composto por um conjunto de ideias e de ações que se caracterizavam pelos aspectos cultural e político. No sentido de introduzirmos nossa análise sobre o tema, devemos pontuar que interpretamos como projeto intelectual as propostas e os objetivos da instituição definidos em seus estatutos institucionais e na revista *Ciência Política*. Logo, a partir da análise dessas fontes, será possível compreender como o projeto intelectual do INCP guiou as suas atividades nos cinco anos de existência da instituição, e permitiu aos seus membros organizarem um espaço de sociabilidade e se inserirem no campo intelectual brasileiro da década de 1940 como agentes produtores de bens simbólicos.

De acordo com as fontes analisadas, o Instituto Nacional de Ciência Política foi idealizado por Pedro Vergara, intelectual gaúcho radicado no Rio.⁵ Em 1940, Vergara foi indicado pelo então presidente Vargas para a promotoria do Ministério Público Federal, cargo que ocupou até 1943, quando foi nomeado procurador-adjunto do Ministério Público, tendo atuado nesta função até 1945 (VERGARA, 2001; MARTINELLI, 2021). Em diversos relatos de contemporâneos, Vergara é apontado como o principal agente de fomentação das atividades do INCP. Um exemplo neste sentido pode ser lido na entrevista concedida pelo jornalista Manuel Paulo Filho, em 11 de agosto de 1942, ao jornal *O Estado de São Paulo*. Em sua fala, o entrevistado enfatiza o investimento intelectual de Vergara na concepção de uma nova instituição cultural e o esforço empregado para sua estruturação naquele contexto.

Pedro Vergara, meu amigo e colega na Assembleia Nacional Constituinte, teve a ideia de uma organização com fins culturais, especialmente destinada ao estudo da vida e da obra dos grandes homens públicos do país, em geral, e em particular das realizações que, no seu governo, praticasse o sr. Getúlio Vargas. Em síntese, foi este o pensamento de Vergara – pensamento que eu e os demais adotamos. Tratamos de corporificar a ideia, e Vergara com o auxílio de outros juristas, elaborou os respectivos estatutos na

Veronica Vieira Martinelli
“Uma instituição a serviço do Brasil”: o projeto
intelectual do Instituto Nacional de Ciência Política
e sua propaganda para o Estado Novo (1940-1945)



forma da lei civil. (DIVULGAR..., 1942, p. 1).

Paulo Filho deixa entrever que Pedro Vergara representava o principal idealizador e motivador do Instituto Nacional de Ciência Política. No entanto, a formulação inicial do projeto intelectual do Instituto e sua estruturação institucional também contou com a participação de outros agentes, como foi divulgado pelo *Jornal do Brasil*. A nota publicada pelo noticiário comentava sobre a reunião realizada no dia 25 de março de 1940, pela comissão organizadora do INCP para a eleição da sua primeira diretoria e para aprovação dos seus estatutos institucionais.⁶ De acordo com o jornal, na sede do INCP

[...] reuniram-se diversos dos seus membros para estudar as bases de vasto programa de ação. O Sr. Pedro Vergara apresentou um programa de conferências e debates, sugeridos pelas finalidades do Instituto. O desembargador Saboia Lima fez sentir a necessidade de o Instituto manter uma revista para divulgar os seus trabalhos. O desembargador Benjamim Vieira propôs, também, um programa de ação que foi aprovado, como as demais sugestões. O Sr. Humberto Grande acentuou o valor dos estudos objetivos dos problemas nacionais. (INSTITUTO..., 1940b, p. 6).

Inicialmente, a ideia sustentada por Pedro Vergara era a organização de uma agremiação cultural com a finalidade de promover o estudo e o debate das principais figuras da política brasileira, de forma geral, e das realizações do governo de Getúlio Vargas, especificamente. Entretanto, já nas primeiras reuniões para organização da instituição, percebemos que o INCP foi projetado de forma coletiva. Entre as decisões feitas em grupo, podemos citar a proposta de publicação de uma revista institucional, do desembargador Augusto Saboia Lima, a organização de um programa de atividades, do professor Benjamim Vieira e a elaboração de um roteiro de estudos sobre os problemas nacionais, do professor Humberto Grande. Essa interpretação é reforçada pelos estatutos institucionais do INCP, aprovados na reunião mencionada acima, onde podemos conferir os nomes da comissão organizadora do principal documento da agremiação.⁷

O primeiro capítulo dos estatutos do Instituto Nacional de Ciência Política, definia que as finalidades da nova agremiação eram “estudar os problemas políticos nacionais e o pensamento dos nossos estadistas de maior influência



na vida do país.”

Parágrafo único. Inclui-se, de preferência, nos objetivos do Instituto, o estudo do pensamento político de José Bonifácio de Andrada e Silva, Pedro II, Benjamin Constant, Teixeira Mendes, Júlio de Castilhos, Rio Branco, Rui Barbosa, Alberto Torres e Getulio Vargas. (ESTATUTOS, 1940, p. 4).

Dessa forma, o Instituto iniciava sua trajetória na sociedade brasileira se afirmando como uma instituição de caráter cultural. Como veremos a seguir, o projeto intelectual do INCP manteve suas propostas iniciais e as atividades realizadas ao longo dos seus cinco anos de atuação seguiram os princípios estabelecidos em seus estatutos. Porém, observamos que a agremiação empregou um esforço ainda maior na propaganda política para o Estado Novo, e essa atitude acabou por se revelar como o intuito principal dos intelectuais ligados ao INCP. Esse fato é curiosamente corroborado no artigo *Uma instituição a serviço do Brasil*, escrito por Pedro Vergara e publicado na revista *Ciência Política*. No texto, Vergara afirma que as atividades culturais da agremiação correspondiam ao pensamento e a obra do presidente Vargas, ao mesmo tempo que definia o chefe da nação como o “maior estadista brasileiro de todos os tempos”. Para Vergara, o INCP era uma instituição que realizava o que ele caracterizou como “obra meritória” no país, pois sua principal finalidade seria a “colaboração com os poderes do Estado.” (VERGARA, 1942, p. 6).

O projeto intelectual do INCP

Uma interpretação para o projeto intelectual do Instituto Nacional de Ciência Política deve partir da análise das finalidades apresentadas nos seus estatutos, isto é, o estudo dos problemas políticos nacionais e do pensamento dos principais estadistas brasileiros. Além disso, o projeto inicial apresentado em março de 1940 pela comissão organizadora dos estatutos do Instituto contava com o seguinte plano de ação para atingir os objetivos da agremiação:

- Art. 2º. Para execução de seus objetivos, o Instituto usa, dentre outros, os seguintes meios:
- a) realizar reuniões públicas, para conferências e dissertações;
 - b) mantém biblioteca, em sua sede e nas suas seções, para as quais contribuirão os sócios com trabalhos de sua autoria, ou não,



- e organiza bibliotecas populares;
- c) edita uma revista, ou jornal, e quaisquer outras publicações, julgadas necessárias;
- d) divulga palestras pelo rádio;
- e) confere prêmios a obras inéditas sobre a vida nacional;
- f) promove concursos, inquéritos, pesquisas, etc., relativos aos problemas gerais do país. (ESTATUTOS, 1940, p. 4-5).

Como podemos ver, os membros do Instituto traçaram um plano elaborado que envolvia diferentes tipos de ações. A análise das fontes demonstrou que as atividades da instituição tiveram caráter predominantemente culturais, com a promoção de reuniões públicas semanais para a realização de conferências sobre diversos temas, além da publicação de uma revista institucional. Entretanto, em sua trajetória, o INCP também assumiu uma posição bastante voltada para o aspecto político, com a organização de manifestações públicas. Nos últimos anos de sua trajetória, a agremiação buscou dar uma ênfase maior à propaganda política do Estado Novo.⁸

Na trajetória do Instituto, o período entre 1940 e 1942 representa a sua fase de estruturação institucional, de inserção e de consolidação no campo intelectual brasileiro. Já abordamos em outros momentos o processo de formação da rede de sociabilidade dessa instituição, que incluía organização de subseções homônimas à sede do Rio de Janeiro (MARTINELLI, 2020). Não pretendemos retomar em profundidade a análise da organização institucional do INCP, mas para seguirmos nossa abordagem sobre o projeto intelectual da agremiação devemos ter em mente como se deu a sua estruturação interna, para então compreendermos claramente a execução de algumas propostas presentes no seu plano de ação. De acordo com os seus estatutos, estava previsto que

Art. 3º. O Instituto terá secções nas capitais dos Estados e nas cidades do interior onde for conveniente.

Parágrafo único. As secções ficarão subordinadas à diretoria central do Instituto e observarão, em tudo, estes Estatutos com instruções que aquela diretoria expedir, sob pena de serem declaradas extintas. (ESTATUTOS, 1940, p. 4-5).

A comissão organizadora do Instituto objetivada constituir unidades diretamente subordinadas à sede no Rio e aos seus estatutos. Com isso, as seções do INCP representavam uma estratégia de expansão das atividades



da agremiação através da ampliação da sua rede de intelectuais.⁹ Em nossas análises, identificamos algumas particularidades presentes na estruturação dessas filiais, que se caracterizavam por serem seções regionais, de representação ou especializadas. No primeiro caso, as regionais desenvolviam as mesmas atividades de conferências semanais realizadas pela sede do INCP, porém essas divisões estavam instaladas em cidades como Niterói, São Paulo, Porto Alegre e Manaus. No caso das seções de representação, o Instituto oferecia em sua sede um espaço de encontro para representantes de diferentes categorias sociais da capital federal, a exemplo da Seção dos Professores do Ensino Secundário e a Seção dos Estudantes Universitários. Por último, as seções especializadas eram responsáveis por reunir membros interessados no estudo e na pesquisa de temas específicos, como é o caso da Seção de Pesquisas Sociológicas e da Seção de Datas Históricas do Exército e da Marinha. Mesmo considerando as suas especificidades, vale ressaltar que as divisões do INCP não deixavam de seguir os objetivos previstos nos estatutos da instituição, de estudar as questões nacionais e as principais figuras da política brasileira.

Essa estruturação em seções filiais formava uma rede de sociabilidade que se traduziu em uma ferramenta significativa para estabelecer o nome do Instituto como entidade cultural no campo intelectual. Seja atuando a nível regional em diferentes Estados brasileiros, representando categorias coletivas ou propondo espaços especializados para estudos e pesquisas sociológicas e históricas, o INCP estabelecia o seu nome entre a intelectualidade e atraía mais visibilidade para o seu programa.

Ao longo dos cinco anos de atuação do Instituto, o núcleo central das atividades culturais previstas no projeto intelectual da instituição se caracterizou pela promoção de sessões de conferências, de estudos e de debates realizados semanalmente no Salão do Conselho da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro.¹⁰ Como vimos acima, os estatutos do INCP previam a realização de reuniões públicas, compostas por conferências e dissertações. Além disso, o documento estabelecia dois tipos de sessões, que poderiam ser "ordinárias", destinada à realização de conferências com finalidades sociais, ou "solenes", que não foram definidas pelo dispositivo, mas que a partir da análise das fontes compreendemos que se tratava de sessões de caráter comemorativo (ESTATUTOS, 1940, p. 10).

A agenda de reuniões do Instituto teve início em 27 de julho de 1940 e só se encerrou em 24 de novembro de 1945. De acordo com dados coletados na seção *Atividades do Instituto Nacional de Ciência Política* da revista institucional



Ciência Política, durante todo esse período foram realizadas um total de duzentas e sessenta e três sessões.¹¹ A partir da análise da dinâmica das sessões culturais promovidas pela sede do INCP do Rio, compreendemos que as reuniões na ABI apresentavam uma organização interna que consistia na composição de uma mesa de conferências, que era presidida por algum convidado especial ou membro da diretoria do INCP, além dos demais convidados e dos palestrantes daquele dia. Dessa forma, as sessões transcorriam com os discursos de pelo menos três oradores previamente inscritos ou convidados, sendo que o orador principal discursava por um espaço de até uma hora, enquanto aos demais era reservado o tempo estimado de dez minutos.

As sessões tinham entrada gratuita ao público, e o INCP divulgava na imprensa carioca o convite para que a população comparecesse as suas reuniões realizadas no Rio. As sessões também contaram com a presença de diferentes personalidades do regime, como Geraldo Mascarenhas da Silva, que em diversos momentos representou o Presidente da República nas reuniões do INCP. Outros representantes do governo participaram das sessões, como os ministros da Educação e da Guerra, Gustavo Capanema e Eurico Gaspar Dutra; os generais Góis Monteiro e Meira de Vasconcelos. Além disso, estiveram presentes os interventores Nereu Ramos, de Santa Catarina, Manoel Ribas, do Paraná, Landolfo Alves, da Bahia e Álvaro Maia, do Amazonas.

A respeito da temática das sessões do Instituto, as reuniões podiam apresentar “tema livre” ou serem pautadas por um tema específico. No primeiro caso, os oradores inscritos nas sessões abordavam assuntos diversos, mas sempre as principais pautas em debates na sociedade brasileira. Já nas sessões com temas específicos, os oradores convidados debatiam sobre o mesmo assunto ou as conferências versavam sobre um evento comemorativo, que normalmente se relacionava ao regime do Estado Novo e ao presidente Getúlio Vargas. Desde o início dos encontros do Instituto na ABI, era evidente o enfoque desses intelectuais para estudo e a difusão da doutrina do novo regime. O levantamento feito por esta pesquisa identificou que em muitas ocasiões o INCP seguia o calendário de comemorações do governo, principalmente nas sessões que tinham por objetivo retratar uma ocasião especial, como a memória de personalidades ou a celebração de datas nacionais. Nesse caso, destacamos que anualmente o INCP realizava sessões em homenagem aos aniversários do presidente Getúlio Vargas, da Revolução de 1930, da implementação do Estado Novo, da Independência e da Proclamação da República.

Outra iniciativa de caráter intelectual, prevista no programa de ação do



Instituto, era a edição de um periódico com o objetivo de difundir os trabalhos produzidos pela agremiação. A partir de novembro de 1940, o INCP passou a publicar a *Ciência Política*, revista institucional mensal cujo conteúdo era basicamente composto pelas conferências produzidas nas seções semanais realizadas na ABI. A publicação da *Ciência Política* era mais uma etapa no projeto do Instituto, e resultou da fermentação intelectual ocorrida no interior do espaço de sociabilidade formado pela agremiação. A revista representava um importante instrumento de divulgação das atividades do INCP no campo intelectual dos anos 1940, além de ser um veículo de propaganda das ideias da instituição, que estavam profundamente ligadas à doutrina do novo regime. A *Ciência Política* criava o mecanismo necessário para a inserção do grupo ligado ao INCP no ambiente intelectual e cultural da época. Como aponta Angela de Castro Gomes,

[...] participar de núcleos menores e mais seletos, como o das revistas, era fundamental, não só porque fazia parte de qualquer estratégia de ascensão intelectual (o que não ocorria sem suportes político-sociais), mas também porque os periódicos eram a base de circulação de ideias da época. (GOMES, 1996, p. 46).

Assim, a *Ciência Política* se configurava como a principal estratégia de divulgação das ideias do Instituto. Ao todo foram publicadas ininterruptamente cinquenta e seis edições da revista, entre novembro de 1940 e julho de 1945.¹² De acordo com informações presentes na capa do periódico, Pedro Vergara assumiu a posição de diretor responsável pela *Ciência Política*, enquanto Humberto Grande atuava como secretário da revista.

A *Ciência Política* era publicada em formato brochura, e mantinha uma média de 65 a 100 páginas por edição. A organização interna da revista tinha o corpo principal dos artigos publicado de forma contínua, isso significa que não havia separação por seções temáticas. O levantamento dos artigos publicados pela *Ciência Política*, entre novembro de 1940 e julho de 1945, identificou quinhentos e seis trabalhos publicados por trezentos e cinco autores diferentes, o que revela o esforço imenso realizado pelo INCP através das suas reuniões semanais na ABI. De forma geral, o conteúdo intelectual da revista estava ligado aos objetivos primordiais da agremiação, isto é, o estudo dos problemas nacionais e do pensamento dos principais estadistas brasileiros. Porém, a análise do conteúdo da *Ciência Política* demonstra que o periódico abordava,



principalmente, temáticas relacionadas a figura do presidente Getúlio Vargas e ao regime do Estado Novo. Como pontuamos em outro momento,

[...] o exame em série da *Ciência Política* demonstra que, no conjunto, a revista reuniu um pensamento político caracterizado pela centralidade das questões nacionais, em consonância com as diretrizes oficiais. Neste momento, os conteúdos abordados pelos doze autores mais recorrentes na *Ciência Política* são amostra das principais temáticas discursivas presentes na produção intelectual dessa revista, pois refletem os pontos debatidos e defendidos pelo INCP. São temas que envolvem o cenário político, social e econômico brasileiro daquele momento na perspectiva do regime, tais como: a nação, o nacionalismo e a unidade nacional, valores como o patriotismo e o civismo, o papel das Forças Armadas e da cultura bélica, a questão dos direitos sociais e das leis trabalhistas, o papel do professor e do ensino secundário, as políticas para o desenvolvimento econômico nacional, além de textos que exaltavam a personalidade do presidente Getúlio Vargas e afirmavam as realizações e a mística da doutrina do Estado Novo. (MARTINELLI, 2021, p. 91-98).

Portanto, a análise do conteúdo da revista demonstra que os editores da *Ciência Política* assumiram a orientação propagandista da doutrina do regime seguida pelo INCP, e essa ênfase maior no apoio que a instituição prestava a propaganda para o governo se intensificou ao longo dos anos. Era comum o periódico publicar pequenos textos informativos ou de opinião, que versavam sobre as políticas desenvolvidas pelo Estado Novo nos diferentes setores da sociedade e sobre a figura do presidente Getúlio Vargas. Outro exemplo nesse sentido podemos acompanhar a partir de 1942, quando a *Ciência Política* inicia a publicação de pequenos trechos de discursos proferidos por Vargas, em sua maioria subtraídos da coletânea *A nova política do Brasil*.¹³

A propaganda para o Estado Novo

A fase inicial da trajetória do Instituto Nacional de Ciência Política caracterizou-se pela estruturação da instituição em divisões homônimas à sede do Rio. Além disso, os primeiros anos de atividades representaram o período de inserção e consolidação do INCP na sociedade brasileira, através da promoção



de sessões semanais na Associação Brasileira de Imprensa e com a publicação da sua revista institucional, a *Ciência Política*. Essas iniciativas serviram para que o INCP pudesse articular sua rede de socialidade no campo intelectual e desenvolver as atividades de caráter cultural previstas em seu programa de ação.

Entretanto, os interesses dos intelectuais ligados ao Instituto também refletiam sobre questões políticas e exprimiam a dimensão ideológica da agremiação, que era evidente desde o estabelecimento dos seus estatutos e se aprofundou com o avanço do desenvolvimento das suas atividades. O regimento do INCP definia que,

Art. 5º. Somente serão admitidos como sócios os que não estiverem vinculados, direta ou indiretamente, a qualquer corrente contrária à ideologia do regime em vigor no país.

Parágrafo único. Em nenhuma hipótese serão permitidas manifestações, deliberações ou atitudes, de qualquer espécie, hostis ao pensamento político do Chefe do Governo ou desatenciosas a sua pessoa. (ESTATUTOS, 1940, p. 5).

Desde o início da sua trajetória, o Instituto definiu a orientação ideológica das suas atividades em consonância ao pensamento político do novo regime, diretriz que se estendia para aqueles agentes que desejavam se associar à instituição. O idealizador do INCP, Pedro Vergara, e os demais intelectuais ligados à comissão organizadora dos estatutos, estavam empenhados em estruturar uma entidade engajada no projeto político e na propaganda para o Estado Novo.

O desenvolvimento das atividades do Instituto tornava sua feição política ainda mais evidente. O professor Humberto Grande foi o responsável por apresentar as bases do projeto intelectual do INCP no artigo *Diretrizes Nacionais*, publicado na revista *Ciência Política*.¹⁴ Neste texto, Grande (1940, p. 11) apresentava o “programa de ação da cultura brasileira” projetado pelo INCP, que objetivava partir da observação da “realidade nacional presente com os seus problemas concretos”, para alcançar uma “visão realista e objetiva dos fatos sociais”. Para o autor, o papel da instituição seria “ministrar ao país orientação segura, vigoroso programa de ação e um corpo de ideias-forças, capazes de despertarem as grandes energias potenciais do nosso povo”. Através dessas diretrizes, Grande previa que o INCP seria capaz de promover um Movimento



Cultural Brasileiro, capaz de abranger as diferentes as regiões do país. Entre outros aspectos, o programa de ação postulava que,

1ª – A cultura brasileira em ação requer, para realizar algo importante, diretrizes justas e acertadas na esfera política, econômica e social. Estas para ser bem definidas implicam sérios estudos objetivos, observação sociológica e investigação da psique nacional;

2ª – Para se afirmar, nesta época, a cultura brasileira exige um Movimento Cultural Brasileiro, que é elemento imprescindível para despertar a consciência da nação [...];

3ª – Constituir-se-á o Movimento Cultural Brasileiro de movimentos idênticos nos diferentes Estados do País [...];

4ª – Impõe-se a obrigatoriedade da **Cultura Brasileira** à elite nacional, que não pode continuar na ignorância de assuntos nossos. No Brasil, as classes cultas de todas as especialidades, devem saber a respeito dos problemas brasileiros [...]. (GRANDE, 1940, p. 11-12, grifo do autor).

As diretrizes nacionais do Instituto orientavam as atividades da instituição no sentido de promover um amplo estudo dos problemas nacionais e a interpretação da cultura brasileira. Humberto Grande apresentava um programa de valorização do nacional, que só seria possível através da implantação de um movimento cultural em todo território nacional, e com o apoio das elites intelectuais no seu desenvolvimento. Portanto, a proposta do INCP era constituir um movimento de orientação da sociedade brasileira, através do debate de questões em torno da nação, da definição da cultura e da identidade nacional. A análise das diretrizes do INCP evidencia que os seus propósitos se coadunavam com o projeto político do governo de Vargas, e os intelectuais dessa agremiação tinham consciência da sua posição na sociedade. Como abordamos na introdução deste artigo, nas décadas de 1930 e 1940, a associação entre as elites intelectuais e o Estado promoveu a aproximação destes agentes com o centro de execução do projeto cultural, político e ideológico de construção nacional do regime. Com a percepção do seu papel social, o desenvolvimento das atividades desses agentes estava ligado ao espírito de responsabilidade social, nacionalismo e patriotismo.

Do ponto de vista político, o projeto intelectual o Instituto estabelecia a orientação ideológica da agremiação em favor do novo regime. Getúlio Vargas,



por sua vez, desde o início das atividades do INCP, aprovou as iniciativas desses intelectuais e reconheceu o papel agremiação naquele contexto. Em 21 de novembro de 1940, sócios do INCP promoveram uma visita coletiva ao presidente no Palácio do Catete, no sentido de demonstrar apoio ao regime e celebrar a passagem dos dez anos do “governo revolucionário” de 1930.¹⁵ Como forma de agradecimento aos visitantes, Vargas pronunciou um pequeno discurso em que pontuava que os intelectuais do INCP estavam

[...] colaborando com o Governo, na difusão, na vulgarização dos ensinamentos da doutrina do novo regime.

Por isso, sinto-me satisfeito com esse trabalho.

Quero agradecer mais uma vez e declarar que é em elementos como vós onde o Governo pode encontrar seus mais diretos e mais eficientes colaboradores. (PALAVRAS..., 1941, p. 2).

Para o presidente Vargas, o Instituto contribuía com o governo através dos trabalhos de “difusão” e “vulgarização” da doutrina do regime. É fato que os membros do Instituto buscaram consolidar laços com o regime, transformando a agremiação em um instrumento de propaganda para o Estado Novo. A colaboração direta com o governo pode ser exemplificada pela promoção de uma manifestação cívico-religiosa em São Paulo, no ano de 1942. A iniciativa do INCP extrapolava os limites da sua estrutura institucional e ampliava a sua visibilidade na sociedade brasileira.

Antes de prosseguirmos em nossas análises sobre Instituto, devemos considerar alguns elementos presentes no contexto nacional e internacional da década de 1940. Maria Helena Capelato (1999, p. 167) contribui com reflexões sobre um dos principais instrumentos da política autoritária do Estado Novo, a propaganda. A historiadora afirma que nesse período “[...] a organização e o funcionamento dos órgãos produtores da propaganda política e controladores dos meios de comunicação revelam a inspiração europeia.” Nesse sentido, a historiografia aponta que a organização político-ideológica do governo de Vargas buscou inspiração nas experiências do fascismo italiano e do nazismo alemão (CAPELATO, 1999; OLIVEIRA, 2001; SEITENFUS, 2000). Entre as semelhanças presentes no pensamento fascista e nos princípios doutrinários propostos pelos ideólogos do novo regime, Lúcia Lippi Oliveira (1982a, p. 25) destaca o papel do Estado na formação da consciência individual e coletiva dos cidadãos, por meio da propaganda.



Para Giacomo Sani (1998, p. 1018), o conceito de propaganda pode ser definido como a “difusão deliberada e sistemática de mensagens destinadas a um determinado auditório e visando a criar uma imagem positiva ou negativa de determinados fenômenos (pessoas, movimentos, acontecimentos, instituições, etc.) e a estimular determinados comportamentos.” Essa definição nos auxilia a compreender que, no caso no projeto político do regime brasileiro de 1937, a propaganda funcionava como uma mensagem cujo objetivo era produzir uma imagem positiva para a figura do presidente Getúlio Vargas e para Estado Novo. Representava, assim, um “esforço consciente e sistemático” no sentido de “influenciar as opiniões e ações” da sociedade brasileira. Em nossas análises, defendemos que a propaganda oficial do regime, produzida através de órgãos como o DIP e o MES, também contou com o apoio de associações civis, como o Instituto Nacional de Ciência Política.

A organização de manifestações públicas era uma importante estratégia de propaganda do novo regime. Eliana Dutra (1997, p. 185-186) defende que o governo do presidente Vargas estimulava a construção de um “sentimento de nacionalidade” através da organização de cerimônias cívicas e demonstrações patrióticas. Para a historiadora, essa estratégia revelava os objetivos ideológicos e estratégicos do regime, no sentido de formar o “espírito cívico” na sociedade brasileira. Além disso, a iniciativa funcionava como um instrumento de unificação entre povo e regime e visava à formação do “sentimento nacional”, que elencava símbolos, como a bandeira nacional e a própria figura de Getúlio Vargas. Na interpretação de Angela de Castro Gomes (2003, p. 121-122), a propaganda é entendida como uma política governamental que buscava estabelecer uma comunidade de sentidos entre a população e o regime. Logo, a formulação de um “tempo festivo” com “eventos com rituais bem estabelecidos”, garantia a eficiência das mensagens de propaganda política produzidas para essa comunidade. No calendário oficial do Estado Novo, datas como o 1º de maio (Dia do Trabalhador) e o 10 de novembro (aniversário do novo regime) eram celebradas com a organização de grandes festejos cívicos, e visavam a participação popular e a presença de representantes do governo.¹⁶ Feitas essas ressalvas, compreendemos que os intelectuais do INCP se interpunham ao calendário oficial do regime estado-novista, ao organizar uma manifestação cívico-religiosa que seguia a lógica de um evento oficial.

Já sobre o contexto internacional, é importante destacarmos que o desenvolvimento do conflito mundial também era acompanhado de perto pelos intelectuais ligados ao INCP. Em 31 de agosto de 1942, a política de



neutralidade do Brasil foi interrompida com a declaração de guerra à Alemanha e à Itália. O país foi forçado a se posicionar junto aos Aliados, após sucessivos ataques perpetrados pelos submarinos alemães à marinha mercante brasileira, em julho de 1942, e de transporte de passageiros, em agosto do mesmo ano (SEITENFUS, 2000, p. 213). A investida alemã colocou em xeque o Decreto-lei nº 1.561, aprovado pelo presidente Vargas em 1939, que estabelecia a política de neutralidade do Brasil no caso de guerra entre potências estrangeiras (BRASIL, 1939b). Para o pesquisador Ricardo Seitenfus (2000, p. 312-313), os múltiplos ataques aos navios brasileiros provocaram a reação do governo e da opinião pública no país, que consideravam indispensável um posicionamento objetivo do Brasil no conflito e uma reação aos ataques alemães. Além das vítimas humanas e das perdas materiais, o que estava em jogo naquele contexto era a “honra nacional”.

Em 29 de agosto de 1942, a seção de São Paulo do Instituto Nacional de Ciência Política, em parceria com o jornal *O Estado de São Paulo*,¹⁷ promoveu uma manifestação pública na cidade de São Paulo. O evento foi motivado por dois objetivos. O primeiro era a celebração da recuperação do presidente Getúlio Vargas de um acidente automobilístico ocorrido em maio daquele ano, que o afastou de suas funções governamentais (DEMONSTRAÇÃO..., 1942, p. 8).¹⁸ O segundo objetivo era prestar apoio ao governo, no contexto da participação do Brasil no conflito mundial ao lado dos Aliados (PELO..., 1942b, p. 1). Em telegrama enviado ao jornalista e diretor *d’O Estado*, Abner Mourão, o presidente Vargas demonstrou o seu apoio a organização daquele “movimento cívico dos brasileiros de São Paulo” (PELO..., 1942c, p. 1).

A manifestação iniciou com uma missa campal na Praça da Sé, celebrada pelo monsenhor José Maria Monteiro da Arquidiocese de São Paulo. Em seguida, um desfile cívico dos trabalhadores¹⁹ e da juventude²⁰ percorreu a Avenida São João, até o Largo Paissandu. De acordo com o jornal patrocinador do evento, *O Estado de São Paulo*, a manifestação tomou proporções consideráveis, mobilizando cerca de duzentas mil pessoas que ostentavam cartazes, standartes, bandeirinhas e entoavam “Pelo Brasil! Pelo Brasil”. Além disso, o evento contou com apoio do governo de São Paulo, através do interventor federal Fernando Costa, e do comando da 2ª região militar, na figura do general Maurício Cardoso, autoridades que também se fizeram presentes durante toda a celebração. Da sede do INCP no Rio, Manuel Paulo Filho e Pedro Vergara, presidente e primeiro vice-presidente da instituição, também acompanharam a celebração em São Paulo (S. PAULO..., 1942, p. 1).



O evento teve ampla cobertura pelo jornal *O Estado de São Paulo*, principalmente a edição de 29 de agosto, que dedicou toda a primeira página do exemplar para divulgar os objetivos, o roteiro das atividades e os nomes das personalidades presentes na manifestação. A matéria teve como título “S. Paulo reafirmará hoje a união sagrada dos brasileiros em torno do presidente Getúlio Vargas”, ou seja, o periódico dava a entender que qualquer posição contrária ao governo que tenha surgido daquela capital no passado não mais se mantinha entre os seus representantes e a população. A matéria afirmava que a iniciativa correspondia “[...] ao mais íntimo desejo de toda a população, de manifestar o seu júbilo pelo restabelecimento do dr. Getúlio Vargas, presidente da República, e, ao mesmo tempo, de afirmar a sua ardente fé no Estado Nacional.” (S. PAULO..., 1942, p. 1). Uma tribuna foi instalada no Largo Paissandu para receber os discursos oficiais que aconteceriam durante o desfile.²¹ O discurso proferido pelo interventor Fernando Costa durante a celebração apontava a adesão espontânea do povo paulista àquela manifestação cívico-religiosa em homenagem ao “completo restabelecimento” do presidente. O interventor também enfatizou a “irrestrita confiança” da população no governo, na “defesa do brio e da honra da Nação” no conflito mundial (PELO..., 1942c, p. 1).

Posteriormente a realização do evento, Pedro Vergara teceu alguns comentários acerca da manifestação em entrevista ao *O Estado de São Paulo*. Vergara definiu o acontecimento como um “espetáculo extraordinário”, no qual estiveram presentes todas as “forças sociais” da cidade de São Paulo. O entrevistado afirmou que o nome de Getúlio Vargas era suficiente para despertar o “entusiasmo do povo” e representava “a mais bela bandeira e o mais irresistível símbolo para a União, o conagraçamento e as arremetidas fecundas e necessárias da alma popular.” Para Vergara, o INCP contava com uma folha de serviços valiosos prestados ao Estado Nacional. Porém, com a realização da manifestação cívico-religiosa promovida pelos membros da seção de São Paulo, a instituição teria alcançado a sua “mais bela tarefa” para o regime (PELO..., 1942a, p. 2).

Como podemos observar, em poucos anos de existência, a rede de sociabilidade estabelecida pelo Instituto Nacional de Ciência Política ultrapassou os limites da sua sede no Rio e possibilitou a estrutura necessária para a promoção de um evento em grande escala em São Paulo. A cooperação de Abner Mourão e o patrocínio de *O Estado de São Paulo*, possibilitaram ao idealizador do INCP, Pedro Vergara, mais visibilidade ao projeto intelectual da instituição. Ao mesmo tempo, a realização da manifestação cívico-religiosa alçava o nome do INCP no



campo político e evidenciava a atuação ativa desses intelectuais na propaganda de apoio ao regime e ao presidente Getúlio Vargas.

Considerações finais

O presente artigo propôs analisar o projeto intelectual do Instituto Nacional de Ciência Política, instituição civil que desenvolveu suas atividades entre os anos de 1940 e 1945. De acordo com os estatutos do Instituto, a organização dessa agremiação tinha como finalidade o estudo dos problemas políticos nacionais e do pensamento dos estadistas de maior influência do Brasil. Para alcançar tais objetivos, os intelectuais do INCP propunham atuar dentro de um programa de ação que previa diferentes tipos atividades. Logo, interpretamos como projeto intelectual do INCP o conjunto de ideias e de ações definidas em seus estatutos e na revista *Ciência Política*.

A análise do programa de ideias e de ações do Instituto, demonstrou que a agremiação promoveu iniciativas de caráter cultural, como seções semanais de conferências na Associação Brasileira de Imprensa e a publicação de uma revista institucional, a *Ciência Política*. Entretanto, a trajetória do INCP também foi marcada pela aproximação com o regime, através de atividades de propaganda política do Estado Novo de Getúlio Vargas. Um exemplo nesse sentido foi a manifestação cívico-religiosa promovida em 1942, em São Paulo. Essas ações demonstram a rede de sociabilidade estabelecida pela intelectualidade através da estrutura institucional do INCP. Além de desenvolverem laços sociais, pertencer aos quadros da agremiação possibilitava aos seus agentes uma maior visibilidade no campo intelectual da década de 1940.

Por fim, em nossa interpretação, o programa intelectual do INCP funcionava como um projeto satélite ao projeto político-ideológico do Estado Novo, visto que as ideias e as ações da instituição estavam profundamente atreladas as diretrizes do regime. Portanto, a análise da trajetória do Instituto demonstrou que a agremiação, através dos seus intelectuais, atuou como um órgão de propaganda da doutrina do novo regime.

Referências

BASTOS, Elide Rugai. A revista *Cultura Política* e a influência de Ortega y Gasset. In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (Org.). *Intelectuais:*

Veronica Vieira Martinelli
“Uma instituição a serviço do Brasil”: o projeto
intelectual do Instituto Nacional de Ciência Política
e sua propaganda para o Estado Novo (1940-1945)



sociedade e política. São Paulo: Cortez, 2003. p. 146-171.

BOURDIEU, Pierre. Campo intelectual e projeto criador. *In: Pouillon, Jean et al. Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 105-145.

BOURDIEU, Pierre. O campo intelectual: um mundo à parte. *In: Bourdieu, Pierre. Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 169-180.

BRASIL. *Decreto-lei nº 1.561, de 2 de setembro de 1939b*. Aprova as regras de neutralidade no caso de guerra entre potências estrangeiras, não americanas. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1561-2-setembro-1939-411486-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. *Anuário da Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: UNESP, 1998.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. *In: PALDOLFI, Dulce (Org.). Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 167-178.

CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

DEMONSTRAÇÃO cívico-religiosa pelo restabelecimento do Presidente Vargas. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 8, 28 ago. 1942.

DIVULGAR o pensamento político dos estadistas brasileiros. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 1, 11 ago. 1942.

DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 1930*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

ESTATUTOS. *Instituto Nacional de Ciência Política*. SIAN, 1940. Documento consultado mediante cadastro no Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1526073&v_abas=1. Acesso em: 18 fev. 2021.

GOMES, Angela Maria de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GOMES, Angela de Castro. Propaganda política, construção do tempo e mito



Vargas: calendário de 1940. *In*: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (org.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 146-171.

GRANDE, Humberto. Diretrizes nacionais. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 11-12, nov. 1940.

INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA Política. *Visão Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 48-50, ago. 1940a.

INSTITUTO NACIONAL DE CIENCIA Política. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 09 jul. 1940b.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

O ACIDENTE COM o carro em que viajava o presidente Vargas. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 1, 2 maio 1942.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Apresentação. *In*: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro Gomes. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 7-13.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo. *In*: BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista: Universidade de São Francisco, 2001. p. 37-58.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Ainda o Estado Novo.... *In*: MURARI, Luciana; MAIA, Tatyana de Amaral Maia; RUGGIERO, Antonio de. *Do Estado à nação: política e cultura nos regimes ditatoriais dos anos 1930*. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2018, p. 103-127.

PALAVRAS do Dr. Getúlio Vargas. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, p. 2, mar. 1941.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PELO BRASIL e pelo regime! *Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 2, 01 set. 1942a.

PELO RESTABELECIMENTO do presidente Getúlio Vargas e pela sustentação do regime. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 1, 25 ago. 1942b.



PELO BRASIL! Pelo Brasil! Pelo Brasil. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, p. 1, 30 ago. 1942c.

ROLLAND, Denis. O estatuto da cultura no Brasil do Estado Novo: entre o controle das culturais nacionais e a instrumentalização das culturas estrangeiras. In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (orgs.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 85-111.

S. PAULO REAFIRMARÁ hoje a união sagrada dos brasileiros em torno do presidente Getúlio Vargas. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 1, 29 ago. 1942.

SANI, Giacomo. Propaganda. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 1018-1021.

SEITENFUS, Ricardo. *A entrada do Brasil na segunda guerra mundial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-229.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES; Angela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 71-108.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

VERGARA, Pedro. In: ABREU, Alzira Alves de. et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001c, v. 2, p 6064-606.

VERGARA, Pedro. Uma instituição a serviço do Brasil. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 3-10, out. 1942.

MARTINELLI, Veronica Vieira. O Instituto Nacional de Ciência Política (INCP): uma “Escola de Patriotismo” no Estado Novo (1940-1945). *História e Cultura*, Franca, v. 9, n. 1, p. 526-549, 2020.

MARTINELLI, Veronica Vieira. *O Instituto Nacional de Ciência Política (INCP): uma “Escola de Patriotismo” no Estado Novo (1940-1945)*. 2021. Dissertação (Mestrado em História) - PUCRS, Porto Alegre, 2021.



Notas

¹Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bolsista de pesquisa CNPq.

²O artigo faz um recorte das principais ideias apresentadas pela autora em sua dissertação de mestrado intitulada *O Instituto Nacional de Ciência Política (INCP): uma “Escola de Patriotismo” no Estado Novo (1940-1945)*.

³A trajetória do Instituto Nacional de Ciência Política, desde sua fundação em março de 1940 até as últimas atividades realizadas pela instituição em novembro de 1945, pode ser conferida em Martinelli (2021).

⁴A lista de fundadores do INCP era composta por nomes como Alcebíades Delamare, Aldo Prado, Atilio Vivaqua, Augusto Saboia Lima, Azevedo Amaral, Beni Carvalho, Carlos Humberto Reis, Humberto Grande, Ildefonso Simões Lopes, João Neves, José Carlos de Macêdo Soares, José Pires do Rio, Júlio Barata, Manuel Paulo Filho, Monte Arrais, Olegário Mariano, Oscar Clark, Pedro Calmon, Pedro Vergara e Renato Travassos (INSTITUTO..., 1940a, p. 49).

⁵Pedro Vergara nasceu em Porto Alegre, em 18 de junho de 1895. Formou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de Pelotas, em 1917. (VERGARA, 2001, p. 6064-6065).

⁶A primeira diretoria do INCP foi eleita em 09 de julho de 1940, e ficou constituída pelos nomes de Manuel Paulo Filho, Presidente; José Pires do Rio, 2º Vice-Presidente; Atilio Vivacqua, 3º Vice-Presidente; Aldo Prado, Secretário Geral; Lúcio Marques de Sousa, 1º Secretário; Benjamim Vieira, 2º Secretário; Hélio Gomes, 3º Secretário; Humberto Grande, Comissão de Organização e Propaganda; e Rubinstein Rolando Duarte, Diretor da Secretaria (INSTITUTO, 1940a, p. 49).

⁷A comissão organizadora dos estatutos do INCP era composta pelos nomes de Aldo Prado, Atilio Vivacqua, Augusto Saboia Lima, Beni Carvalho, Benjamim Vieira, Hélio Gomes, Ismael da Silveira, José Pires do Rio, Lúcio Marques de Sousa, Manuel Paulo Filho, Pedro Vergara e Renato Travassos (ESTATUTOS, 1940).

⁸A análise das fontes não confirmou se a agremiação efetivamente organizou uma biblioteca em sua sede ou em suas seções regionais. Também não localizamos informações que confirmassem a transmissão das conferências do INCP via rádio, a premiação de obras ou a promoção de concursos por parte da instituição.

⁹O INCP era formado por agentes ligados ao serviço público e militar, ao jornalismo e a educação, com formação superior em cursos como Direito, Medicina e Engenharia (MARTINELLI, 2021).

¹⁰As considerações apresentadas se referem as sessões culturais promovidas pela sede do INCP, no Rio.

¹¹A pesquisa na revista *Ciência Política* considerou informações como a data, o local, o tema, a composição da mesa, os conferencistas e as conferências realizadas pela INCP.

¹²Para uma análise detalhada sobre o projeto gráfico e editorial, a destinação, os colaboradores e o conteúdo intelectual da revista *Ciência Política*, ver Martinelli (2021).



¹⁵Publicada pela Livraria José Olympio Editora entre os anos de 1938 e 1947, a coletânea era composta por onze volumes que reuniam os discursos proferidos por Getúlio Vargas no período de 1930 a 1945.

¹⁴Em 1940, Humberto Grande atuava como professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, enquanto no Instituto Nacional de Ciência Política desenvolvia as funções de membro da Comissão de Organização e Propaganda e de secretário da revista *Ciência Política*.

¹⁵Estiveram presentes no encontro cinquenta e seis sócios do INCP, entre os quais, representantes de diversas categorias, como jornalistas, professores, magistrados, homens de letras, das ciências e das forças armadas. A lista completa pode ser conferida em Martinelli (2021).

¹⁶Segundo Maria Helena Capelato (1998, p. 59-60), o DIP e o MES eram responsáveis pela organização dos festejos cívicos que eram realizados em estádios desportivos, como o do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, e do Pacaembu, em São Paulo.

¹⁷Entre 1940 e 1945, o jornal *O Estado de São Paulo* esteve sob intervenção do regime do Estado Novo (CARONE, 1976, p. 291).

¹⁸Em 1º de maio de 1942, o presidente Vargas sofreu um acidente de carro quando se dirigia para o Estádio do Vasco da Gama, com o objetivo de participar das comemorações ao Dia do Trabalhador (O ACIDENTE..., 1942, p. 1-3).

¹⁹Destacamos a presença da Cervejaria Brahma, Companhia Antártica Paulista, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Farinhas, Trigo e Mandioca e representação dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e Materiais Elétricos (S. PAULO..., 1942, p. 1).

²⁰Entre os quais, destacamos a Associação Cívica Feminina, Associação Cristã dos Moços, Escola Comercial São Luiz, Escola Superior de Educação Física, Instituto Profissional Feminino, Instituto Profissional Masculino, Mackenzie College e Escola de Comércio Tiradentes (S. PAULO..., 1942, p. 1).

²¹O evento contou com os discursos de Abner Mourão, diretor do *O Estado de São Paulo*, de José Carvalho Sobrinho, prefeito de Santo André, de Orval Cunha, presidente do Sindicato dos Empregadores, Vendedores e Viajantes de Comércio, do escritor Menotti del Picchia e do político Gofredo Teles.